

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LV

FLORIANÓPOLIS, 02 DE MARÇO DE 2006

NÚMERO 5.554

15ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco
**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota
**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Paulo Eccel
**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro
**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto
PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi
**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Bopp
**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado
**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**
Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Gelson Merísio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merísio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1778
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 005ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 1º/03/20062

Atos da Mesa

Atos da Mesa10

Publicações Diversas

Atas da Procuradoria.....11
Aviso de Resultado.....13
Extrato13
Portarias13
Projeto de Lei16
Redação Final16

PLENÁRIO

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Genésio Goulart - João Henrique Blasi - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Aborda a questão da assistência médico-hospitalar aos pracinhas e ex-combatentes.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Reporta-se à problemática dos pracinhas e ex-combatentes e seu plano de saúde; refere-se ao programa Compra Direta; fala sobre a cesta básica da construção civil para a casa popular.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Tece comentários sobre o Santa Catarina Saúde.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Manifesta-se sobre a sessão solene que celebrará a Campanha da Fraternidade de 2006.

Partidos Políticos

DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Aborda a iniciativa da Universidade do Contestado, a UnC, campus de Canoinhas, de criar o curso de gestão pública.

DEPUTADO CELESTINO SECCO - Tece considerações acerca do tema fraternidade e pessoas com deficiência.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Refere-se à necessidade da sociedade catarinense refletir sobre os portadores de deficiência.

Explicação Pessoal

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Comenta o episódio com relação ao Movimento Passe Livre/Florianópolis na manifestação em relação à implantação da tarifa única.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Desculpa-se por ter incorrido em erro quanto às imagens sobre a violência da Polícia contra o Movimento Passe Livre.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Manifesta-se acerca do plano de saúde para pracinhas e ex-combatentes; defende o governo do estado quanto ao episódio da agressão da Polícia ao Movimento Passe Livre, ao professor Nilson Lage e ao jornalista Cláudio Silva.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Coloca seu repúdio à orientação de governo para a Polícia Militar reprimir movimentos sociais.

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Aborda o Dia Catarinense da Etnia Germânica; registra a passagem dos 80 anos do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus, de Joinville; comenta as atividades relativas ao Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à criação da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, no âmbito do Executivo, e da comissão do Direitos da Mulher.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Discorre sobre o Fórum Parlamentar Permanente de Energia e Meio Ambiente e sobre as usinas hidrelétricas e PCHs a serem construídas na bacia do rio Uruguai.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA (aparte) - Enfoca a importância do Parlamento se debruçar sobre a questão da geração de energia, seus benefícios e o plano diretor dos municípios.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Rebate as críticas do deputado Afrânio Boppré referente à sua interpretação ao episódio da agressão da Polícia ao Movimento Passe Livre, ao professor Nilson Lage e ao jornalista Cláudio Silva.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Reitera sua interpretação da atitude do deputado Manoel Mota quanto ao episódio da agressão da Polícia sobre os manifestantes contra a implantação da tarifa única do transporte coletivo da capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente e srs. deputados, retorno ao assunto sobre a assistência aos ex-combatentes. Na última quinta-feira, assomamos à tribuna para falar sobre a resposta do pedido de informação que enviamos ao secretário da Administração. O nosso pedido de informação foi para que o Ipesc, através da secretaria de Administração, informasse, de forma clara, se vai ou não cumprir a lei, se vai ou não cumprir as Constituições do Brasil e de Santa Catarina, dando assistência aos ex-combatentes e as suas viúvas, porque com a nova lei de assistência ao servidor público os ex-combatentes ficaram de fora.

Eu até entendo, deputado Dionei Walter da Silva, que não haveria necessidade de lei porque as Constituições do Brasil e de Santa Catarina são claras ao dizer que cabe ao estado dar assistência aos ex-combatentes e às suas viúvas. Todavia, o nosso ex-combatente está tendo dificuldades para obtê-la. Ele vai ao Ipesc e não lhe é fornecida a carteira; vai à Unisanta marcar um exame e não consegue, pois dizem que sem a carteira do Ipesc ele não poderá ser atendido. E fica esse jogo de empurra.

Vejam que quase todos os ex-combatentes, deputado Lício Silveira, estão passando da casa dos 80 anos. Se em 1945, quando eles serviram o Exército, se no fim da II Guerra Mundial eles já passavam dos 20 anos, por consequência agora estão-se aproximando dos 80 anos. Portanto, quase todos estão no fim da vida e agora fica esse jogo de empurra: vão para cá e para lá!

Tanto isto é verdade, deputado Lício Silveira, que sua excelência, o governador do estado, participou de um debate na TV Barriga Verde com o jornalista Válio Bossle. E o presidente da associação dos ex-combatentes fez a seguinte pergunta no ar: "Sr. governador, e nós, os ex-combatentes, como é que ficamos?" O próprio governador respondeu, dizendo: "Você vai me desculpar, mas eu não estou por dentro, não sei, acho que vocês continuam tendo assistência, mas eu vou responder posteriormente."

Mas depois, com calma, deputado Lício Silveira, eu li a resposta do secretário - vejam v.exas. que eu fiz um pedido de informação solicitando que me respondesse se o ex-combatente tem ou não direito à assistência médico-hospitalar -, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Em resposta à solicitação contida no Ofício nº 1351/05 DIAL/GEAPI, de 19 de dezembro de 2005, que trata de informações sobre assistência à saúde aos Ex-Combatentes e seus dependentes, informamos que a Lei que estendeu os benefícios do atual plano de saúde - UNISANTA - aos Ex-Combatentes foi a Lei Complementar nº 193, de 03 de maio de 2000, e não a Lei Ordinária nº 1.155/93, que estendeu a Assistência Previdenciária do Estado aos Ex-Combatentes, referenciada na correspondência encaminhada ao Deputado Onofre Santo Agostini, pelo Presidente da Associação dos Ex-Combatentes.

Com a Sanção da Lei Complementar nº 306, de 21 de novembro de 2005, que instituiu o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde - e deu outras providências, a Lei complementar nº 193, de 03 de maio de 2000, fica revogada, com a implantação do novo plano.

Outrossim, informamos que os Ex-Combatentes e seus dependentes continuam usufruindo as coberturas do atual plano de saúde - UNISANTA - até a implantação do novo plano, previsto para o dia 01 de fevereiro de 2006." [sic]

Quer dizer que eles estão fora! Eles tiveram assistência até o dia 1º de fevereiro de 2006, quando entrou em vigor o novo plano de saúde, e a partir daquela data ficaram sem assistência! Tanto é verdade, srs. deputados, que dei entrada a um projeto de lei complementar - e já pedi regime de urgência, que foi acatado - alterando aquela lei para que eles voltem a ter assistência.

Na minha opinião, deputado Lício Silveira, salvo melhor juízo, isto é uma afronta à lei! Então, as Constituições de Santa Catarina e do Brasil são só para inglês ver! Mesmo a Lei Maior, a federal e a estadual, determinando que é dever do estado dar assistência de saúde aos ex-combatentes, aqui eles só a tiveram até o dia 1º de fevereiro. Pelo que eu sei, as Constituições Federal e Estadual não foram revogadas no dia 1º fevereiro!

Com toda sinceridade, na minha opinião isto é uma afronta. Recordo-me de que, quando o governo federal chamou, através do Instituto da Previdência Social, os velhinhos para se recadastrarem, e alguns chegaram de cadeira de rodas, foi um escândalo, a nação brasileira ficou estarrecida porque viu a falta de consideração com aqueles velhos. Aqui não fuge disso porque todos os ex-combatentes têm aproximadamente 80 anos de idade. Lá o governo federal queria o recadastramento do pessoal para saber se havia alguém já falecido recebendo - e não estou dizendo que aprovo aquela atitude -, e aqui é mais grave ainda porque eles vão ficar jogados. Aqui eles não têm mais nada, não têm mais nenhum direito, porque se revogou uma lei a partir de 1º fevereiro de 2006.

Já conversei com o nosso ilustre presidente, deputado Julio Garcia, e tão logo vençam os prazos de apresentação dos membros das comissões, vou fazer um apelo ao presidente da comissão de Constituição e Justiça para que, na primeira reunião da comissão, a matéria seja apreciada, depois vá para a comissão de Finanças e, em seguida, ao plenário para tentarmos corrigir um equívoco ou um cochilo desta Casa, principalmente deste deputado, que não observou que essa famosa lei excluía os ex-combatentes da assistência médico-hospitalar.

Mas ainda temos tempo para socorrer esses nossos irmãos que lutaram, ou não, que foram para lá e pegaram em armas, ou não, mas foram convocados para a II Guerra Mundial e muitos não voltaram, muitos padeceram, muitos ficaram nos campos da Itália. Outros voltaram muito deprimidos e ficaram abandonados.

Ainda bem que aqui em Santa Catarina - e quero fazer justiça a eles - os ex-governadores Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e Paulo Afonso socorreram os ex-combatentes através de lei. E tenho certeza absoluta de que o governador de Santa Catarina não tem conhecimento desses fatos. Porque se tiver - e desculpe-me a ausência -, ele também merece as críticas que estou fazendo ao secretário da Administração, através do presidente do Ipesc, que simplesmente eliminou, deixou fora os ex-combatentes, dizendo: Vocês estão velhos demais e não queremos mais acudi-los. Vocês devem procurar outra assistência e estão fora! Isso é um absurdo! Como brasileiro, estou revoltado e envergonhado pela atitude que foi tomada em relação aos ex-combatentes brasileiros!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dionei Walter da Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, nós ouvimos a sua manifestação, deputado Onofre Santo Agostini, inclusive já feita também pelo deputado Paulo Eccel, e até brincávamos com v.exa., já que é um dos que votam quase sistematicamente com este governo que, neste aspecto, foi extremamente insensível com a terceira idade de Santa Catarina, pois ofendendo o expedicionário está, indiretamente, atingindo a terceira idade do estado de Santa Catarina.

Nós temos, na nossa cidade, a praça do Expedicionário, com inúmeros combatentes que tombaram defendendo o país - e há tantos outros que foram tombando, digamos assim, pela idade, com o passar do tempo. E a cada desfile de 7 de Setembro, deputados Antônio Carlos Vieira e Sérgio Godinho, nós observamos que cada vez menos ex-combatentes estão desfilar, em face da idade avançada em que todos se encontram.

Então, nesse sentido, acho que é vergonhosa essa atitude que, em última análise, é do governador, que é quem tem a autoridade para nomear ou exonerar secretários no seu governo.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não! Antes de entrar no tema que me trouxe à tribuna, ouço, com prazer, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Além dos ex-combatentes que foram excluídos, talvez porque já tenham passado da faixa dos 80 anos - e pela lei natural eles já não deveriam mais existir e, infelizmente, o governo os excluiu -, nós temos também o caso de todos os servidores, pois esse plano, infelizmente, deputado Dionei Walter da Silva, não atende o servidor que estiver em outro estado da federação. Vamos dizer que um servidor entre em férias do seu serviço público, viaje para o Paraná e lá venha a adoecer. O plano de saúde do governo não atende esse servidor público lá no estado do Paraná, como não atende no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em lugar nenhum, a não ser aqui em de Santa Catarina!

Isto é mais ou menos como aquela história das multas: veículos que são de São Paulo, da maioria dos estados da federação e do exterior não pagam multas pelas infrações de trânsito. Nós, aqui, os bobos, é que somos punidos. Talvez seja por isso que a multa é alta, ou seja, para que a nossa multa compense a multa que aqueles outros infratores não vão pagar!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Nós estivemos na Conab - Companhia Nacional de Abastecimento de Santa Catarina -, na semana passada, e acompanhamos - e vamos trazer os dados aqui município por município do estado de Santa Catarina - a sua ação como uma entidade do governo federal parceira do programa Fome Zero. E um dos programas importantes de geração de renda e de manutenção de empregos no campo é o programa Compra Direta da agricultura familiar.

Esse programa faz a compra dos produtos da agricultura familiar diretamente pelo governo federal e destina-os gratuitamente para instituições que tenham algum serviço na área de alimentação beneficente - hospitais, creches, associações que realizem algum trabalho que envolva alimentação e instituições públicas, como creches, escolas e hospitais da rede pública do estado de Santa Catarina e de todo o Brasil. Mas vamos nos deter especificamente a Santa Catarina.

Já temos diversos estados da federação, deputado Lício Silveira, entendendo ser este um programa de inclusão social, porque ele compra do pequeno agricultor e destina para entidades beneficentes sem custo nenhum. Então, ele compra, por exemplo, a banana da associação dos bananicultores - v.exa. tem uma relação forte com São João do Itaperiú e Barra Velha nessa área da associação - e depois ela é destinada para hospitais, creches e escolas da região. Na verdade, o custo da compra pode ser multiplicado por dois, porque além de pagar para o agricultor, está dando gratuitamente para entidades da sociedade.

Há estados, deputado Lício Silveira, e aí quero entrar naquilo que v.exa. falava, em que os governos estaduais, sensíveis a esses programas, estão isentando do ICMS toda a comercialização através do Compra Direta.

Assim sendo, não há nenhum imposto incidente sobre essa compra direta, podendo o agricultor ganhar mais e o governo pagar menos e comprar de mais agricultores. E nós estamos fazendo uma campanha para que o estado de Santa Catarina também se sensibilize, a fim de que todas as compras diretas efetuadas pelo governo federal da agricultura familiar sejam isentas de qualquer tributação.

Nós temos, na minha cidade, uma associação de criadores de peixe que construiu um frigorífico para abate e para fazer filé ou caldo de peixe, como estão agora fazendo, e estão vendendo para o programa da Conab, o Compra Direta. Eles vendiam o quilo do caldo de peixe a R\$ 3,00, R\$ 3,50 no mercado e hoje estão vendendo a R\$ 5,90 para o governo federal no Compra Direta.

Então, havendo sensibilidade do governo do estado quanto à isenção dos tributos, nós teremos, com certeza, mais agricultores sendo beneficiados e cada vez mais, deputado Lício Silveira, agricultores com renda, agricultores no campo podendo fazer aquilo que gostam, satisfazendo as suas necessidades. Porque o mesmo governo que encaminha para esta Casa um projeto pedindo para isentar de ICMS o *telemarketing*, pode, tranquilamente, ter a sensibilidade de isentar de ICMS os produtos do Compra Direta da agricultura familiar.

Nós estamos encaminhando documentos e gostaríamos que os demais parlamentares fossem sensíveis a essa que julgamos ser uma causa nobre.

Na semana passada, dando seqüência a um trabalho que iniciamos já no ano passado, realizamos uma audiência pública nesta Casa sobre a diminuição dos impostos dos produtos da casa popular. O governo federal já se sensibilizou ao apelo da sociedade para reduzir os impostos de uma cesta de produtos, assim designada, que compõem uma casa popular, pois os estudos do setor davam conta de que 48% do custo de uma casa é de impostos.

Então, com essa redução federal do IPI, principalmente, e dos impostos federais, nós agora estamos fazendo um trabalho junto com as entidades do setor, com a associação catarinense, com as associações municipais e com a Associação Nacional dos Materiais de Construção.

Nós estivemos com o secretário da Fazenda na semana passada e marcamos para o dia 22 de março uma reunião de trabalho para definir quais produtos integrariam essa cesta básica de produtos da casa popular. E nesse dia, fechando essa questão, nós encaminharemos ao governador que, com certeza, será sensível a tudo isso, porque nós não estamos aqui discutindo guerra fiscal ou o fato de baixar o imposto de produtos para competir com outro estado da federação. Isso é diferente. O problema enfrentado pelos ceramistas e por outros setores, alguns já resolvidos, não tem a ver com a nossa proposta.

A nossa proposta pretende reduzir o custo da casa popular e são os produtos que vão integrar uma casa popular que nós queremos que barateiem, porque aí os financiamentos a fundo perdido, por exemplo, do governo federal para a casa própria de baixa renda vão dar para fazer uma casa maior com o mesmo valor. E com certeza os financiamentos poderão baixar em função do custo desses materiais nas lojas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder, telespectadores da TVAL, eu tenho um requerimento, que será votado hoje pela informação que obtive da assessoria, que trata da realização de uma sessão solene de lançamento da Campanha da Fraternidade 2006, cujo tema é fraternidade para pessoas com deficiência física, no horário e local a serem marcados, de acordo com a disponibilidade da CNBB.

É importante que todos os nobres pares aprovelem este requerimento, até porque estaremos sintonizados com a Campanha da Fraternidade, que é de grande relevância, porque deficiente físico requer atenção especial em todas as suas atividades profissionais, em todo o seu dia-a-dia. Por isso é importante que se dê atenção para a lei que criamos neste Poder, que praticamente é o estatuto do servidor, e possamos aperfeiçoá-lo ainda mais, no sentido de buscarmos soluções cada vez mais inteligentes, cada vez mais propositivas para os deficientes físicos.

Não dá para aceitar que a lei não seja cumprida, não dá para aceitar que o deficiente continue sendo esquecido, como tem sido até o momento.

É importante também dizer que tudo o que a lei prevê é auto-aplicável, mesmo assim há coisas que precisam ser regulamentadas, porque até agora o governo não regulamentou. Por isso é importante que façamos este debate na presença da CNBB, que está levantando essa bandeira, pois é importantíssimo que o cidadão participe também.

Estamos requerendo a participação do cidadão, porque só os governos municipais, estaduais e federal não vão conseguir dar conta de cumprir todas as necessidades do deficiente físico. Por isso é importante que o cidadão também participe, até porque quando um cidadão constrói uma casa, faz um muro e a sua calçada, ele tem que estar consciente da importância de colocar lá guias de solo para cegos, para que o cego possa circular em frente a sua casa, na sua calçada, com segurança.

Então, o cidadão tem que participar de forma direta e indireta nesse processo de resgate de direitos do deficiente físico. Só assim nós teremos estabelecido justiça social a quem mais precisa de justiça social, que é o portador de necessidades especiais; ele precisa realmente ser assistido cada vez melhor, cada vez com mais atenção de todos os poderes.

Eu espero que seja aprovado este requerimento e que o mais brevemente possível possamos realizar essa sessão solene, com a presença de representantes da CNBB para garantir a representação e a discussão a respeito da necessidade do portador de necessidades especiais.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSB.

Consulto o seu líder para saber quem fará uso do horário.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - O PSB declina do horário, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Os próximos minutos pertencem ao PFL. Consulto o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, para saber quem fará uso do horário.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - O PFL declina do horário, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em seguida, o horário pertence ao PMDB. Consulto o seu líder, deputado Genésio Goulart, para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - O PMDB também declina do horário, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço é reservado ao PT.

Com a palavra o deputado Francisco de Assis, líder do PT, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. presidente, colegas deputados, funcionários desta Casa, eu quero, no horário do meu partido, que estava reservado ao deputado José Serafim, falar um pouco aos colegas sobre a gestão pública.

Nós temos percebido que nos últimos tempos a sociedade tem cobrado de nós, parlamentares, dos gestores públicos, dos prefeitos, dos secretários de estado, enfim, da classe política em geral, mais eficiência e mais compromisso com o serviço público, principalmente com a qualidade do serviço público. E nesse sentido eu quero dedicar esses dez minutos do PT, nesta tarde, para falar um pouquinho sobre isso.

Eu quero começar falando sobre a iniciativa da Universidade do Contestado, a UnC, *campus* de Canoinhas, de fazer um curso de gestão pública na universidade do planalto norte.

Eu sou aluno da primeira turma de gestão pública; estamos terminado o curso e a nossa formatura será agora, no próximo dia 11 deste mês. E eu tive a oportunidade de levar para lá parlamentares, como o deputado e professor Celestino Secco, o qual deu uma aula na universidade a nosso convite.

E eu tenho certeza de que cada um que lá esteve durante esses três anos na faculdade, como eu estive, está mais preparado, mais qualificado para assumir funções importantes e estratégicas, deputado Afrânio Boppre, no serviço público.

Nas eleições é muito comum ouvir da sociedade que as pessoas não têm qualificação, que não estão preparadas para assumir determinado cargo político, público, eletivo. Mas todos que passaram por esse curso que estou terminando, tenho certeza de que ao concluí-lo sairão mais qualificados profissionalmente. É um curso em que estão participando vereadores da região do planalto norte, vice-prefeitos, secretários municipais, este deputado e também o deputado Mauro Mariani, que entrou na segunda turma.

Então, eu entendo que esse tipo de curso que temos hoje em outras universidades de Santa Catarina, preocupadas com a qualidade do serviço público, tem que ser difundido e espalhado por todo o estado, pois é muito importante. Quem sabe o nosso estado possa ser pioneiro nesse sentido de formar pessoas e qualificá-las para atender bem a sociedade, porque somos servidores do povo, a estrutura que nós temos é bancada pelo povo e nada mais correto do que estarmos preparados para bem representar a sociedade quando se ocupa uma função pública, seja um humilde funcionário público, seja aquele mais graduado que ocupe os melhores cargos.

Nesse sentido, eu quero saudar e parabenizar a UnC de Canoinhas por ter tido essa iniciativa há quatro anos, pois hoje está formando a primeira turma de gestão pública, turma essa da qual tenho orgulho de ter feito parte, que terá, no dia 11 de março, a sua data de formatura.

Aprovei na Assembléia, durante esse período, deputado Lício Silveira, um projeto simples, mas penso que deva contribuir para a conscientização das pessoas. Esta Casa aprovou projeto de nossa autoria instituindo, em Santa Catarina, no nosso calendário oficial, o Dia do Gestor Público. E esta Casa, por sugestão da nossa turma, definiu o dia 11 de março como o dia para comemorar o Dia do Gestor Público.

Então, todo dia 11 de março, em homenagem ao deputado Lício Silveira, que é do PP, que está sinalizando que foi um bom número, será comemorado em Santa Catarina como o Dia do Gestor Público, que vai, de certa forma, homenagear a primeira turma da qual faço parte.

Queria trazer esse assunto porque a sociedade exige cada vez mais de nós, pessoas que têm mandato, que estejamos preparados para representá-la. Já se foi o tempo em que apenas ser honesto, ser decente era importante. Hoje, além da honestidade, além da decência e da transparência, as pessoas exigem de nós, e têm que exigir mesmo, qualificação, pois elas querem saber se quem vai representá-las está bem preparado para esse ofício.

E eu entendo que escolhi o curso correto quando fiz essa opção, mesmo estudando tão longe de casa, porque sou de Joinville e Canoinhas está a cerca de 200 quilômetros da minha cidade. Mas posso dizer que foram três anos de muita valia, nos quais eu me preparei melhor do que estava. Tenho certeza de que esse curso vai contribuir para este mandato que está finalizando e para um futuro mandato, pois poderei representar a sociedade, deputado Julio Garcia, com muito mais eficiência do que nesses quase oito anos em que aqui estou.

Então quero, no horário do meu partido, fazer esta homenagem a todos os gestores públicos de Santa Catarina, os que fizeram e os que não fizeram o curso, mas principalmente àqueles que procuram melhorar para atender bem a sociedade catarinense.

Portanto, aos nossos gestores públicos, que no próximo dia 11 de março terão o seu dia comemorado em Santa Catarina, os nossos parabéns. É o mês do gestor público, para não dizer apenas o dia 11 de março, e quem sabe o mês de março possa ser sempre uma referência em nosso calendário como o mês do gestor público em Santa Catarina.

Eu queria fazer esse registro porque não terei mais oportunidade de fazê-lo nesta semana e nem na próxima. Assim, fiz questão de fazer esta homenagem e de dizer da alegria que estou sentindo em estar me formando, pois com certeza estarei mais preparado para representar o povo do nosso estado, seja na Assembléia, seja em outro espaço do poder público que eu possa estar.

Então, o meu agradecimento a todas as pessoas que me ajudaram de certa forma, minha família, minha assessoria, meus amigos, meus colegas de turma que me ajudaram nesses três anos que foram difíceis para mim, durante os quais procurei dedicar-me aos estudos.

No próximo sábado apresentarei o meu Trabalho de Conclusão de Curso, deputado Genésio Goulart, meu TCC, e espero que a banca não seja tão exigente e que eu consiga passar de ano direto, pois desta forma estarei sendo premiado por todo o esforço que despendi.

Entre os 33 alunos que se estão formando eu era o que vinha de mais longe porque tenho o meu com compromisso em Florianópolis, mas moro em Joinville. Vou e volto a Joinville todos os dias. Nos finais de semana, sexta-feira e sábado, eu ia a Canoinhas estudar.

Sinto-me orgulhoso pelo esforço que tive porque pela minha condição de deputado tive que furar a agenda e não consegui, muitas vezes, dar conta dos meus compromissos políticos. Espero que isso também seja reconhecido pelo povo de Joinville, que está tendo paciência comigo e que além de conhecer o meu trabalho na Assembléia, sentiu a minha falta em muitos compromissos na minha cidade. Mas isso será recompensado com o conhecimento que adquiri durante esses três anos de curso.

Então, a todos que, de forma direta ou indireta, me ajudaram, muito obrigado. Gostaria de dizer que estou feliz neste mandato, principalmente por ter concluído essa faculdade que está sendo muito importante.

Nos anos 80 iniciei a faculdade de economia, em Joinville, estudei três anos e não consegui concluir. Agora tive essa oportunidade. Graças a Deus estou terminando e o último desafio, deputado Dionei Walter da Silva, é agora, sábado, quando apresentarei o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos que me ajudaram, o meu muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Celestino Secco, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, fraternidade e pessoas com deficiências é a reflexão que a CNBB propõe neste ano sobre direitos e dificuldades de pessoas com toda sorte de deficiência.

E estabeleceu, como objetivo geral a ser perseguido nesse período em que propõe esta reflexão, buscar conhecer melhor a realidade das pessoas com deficiência e refletir sobre a situação de cada uma delas, principalmente à luz da ética, para que esta reflexão possa suscitar maior fraternidade, maior solidariedade em relação às pessoas com deficiências, buscando promover fundamentalmente a dignidade e os direitos dessas pessoas.

O tema e o lema têm justificativa em Santa Catarina, no Brasil e no mundo. Em Santa Catarina são mais de 15% da nossa população que têm alguma deficiência apresentada e que enfrentam uma situação, em muitos aspectos, desesperadora porque não há uma definição de políticas públicas direcionadas a esse enorme percentual da população que necessita, sim, da atenção do poder público. Dificuldades que os deficientes enfrentam em todos os ambientes públicos, ou seja, nos *shoppings*, nos cinemas, nas lojas, no comércio em geral, nos órgãos públicos, na busca das suas oportunidades de compensação de um serviço público mais adequado.

Os objetivos específicos que estão propostos nesta campanha são o de apresentar a realidade das pessoas com deficiência, apresentar as iniciativas para a promoção da dignidade da pessoa portadora de deficiência e denunciar, cada vez com mais força, as ideologias e o contravalores que marcam a sociedade no que diz respeito às pessoas com deficiência.

São também objetivos, mostrar quais são os valores que devem orientar a sociedade, que devem orientar o relacionamento com as pessoas portadoras de deficiência; assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, mas também das suas famílias, superando todas as formas de preconceito, buscando sensibilizar a consciência pessoal e social sobre a questão da deficiência.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina já produziu inúmeros projetos na direção da atenção e da busca da dignidade à pessoa portadora de deficiência. Inúmeros projetos, volto a dizer, de origem parlamentar e de origem governamental já foram aqui aprovados.

Lembro de um projeto do ex-governador Henrique Córdova, que concedia pensão especial aos portadores de deficiência mental, que depois foi ampliada para todos os portadores de deficiência.

Neste ano, no início da legislatura, apresentei à Assembléia Legislativa dois projetos também na direção de buscar identificar mais uma oportunidade e minorar as dificuldades que o portador de deficiência tem.

O primeiro torna obrigatório aos centros de formação de condutores que tenham veículos adaptados para o atendimento aos portadores de necessidade especial. E o segundo sugere que haja um dia no calendário do nosso estado que todos os catarinenses possam refletir sobre a condição social, humana e de saúde do nosso deficiente, para podermos juntos raciocinar e buscar encontrar mais metas a serem perseguidas promovendo a autonomia dessas pessoas com deficiência, fortalecendo as organizações sociais, muitas delas com extraordinário trabalho voltado à pessoa portadora de deficiência. Precisamos criar mecanismos para a participação cada vez mais efetiva do estado, do terceiro setor, da sociedade como um todo, como protagonistas da história da pessoa deficiente para que na família, na igreja e na sociedade ela possa ter o melhor tratamento e uma maior dignidade.

Fazer com que esta Casa, neste dia de reflexão que proponho pelo projeto de lei, possa suscitar e apoiar iniciativas individuais e comunitárias, bem como políticas públicas voltadas à inclusão dessas pessoas através da valorização e da proteção das pessoas com deficiência e dos seus familiares em todos os ambientes. No ambiente escolar, no mundo do trabalho, na vida em sociedade, nas atividades culturais, esportivas, de lazer e de convívio social.

É fundamental que esta Casa tenha sempre presente a dimensão desses 15% de catarinenses, com todos os seus familiares, que estão voltados a esse tipo de problema.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. falou de ter um dia de reflexão dos catarinenses com relação aos portadores de deficiência física. É necessário realmente que exista isso, para que possamos pensar nas necessidades de cada um e trabalharmos em função disso.

Eu quero citar um exemplo, até fiz menção ao governo Lula, com o objetivo de reverter o caso. Por exemplo: uma montadora coloca no mercado um carro para deficiente totalmente sofisticado - porque no carro para deficiente eles colocam computador de bordo, vidro e trava elétricos e muitas outras coisas -, o que torna inviável a sua aquisição. Na verdade, o cidadão, muitas vezes, só precisa de um câmbio hidramático ou apenas de um acessório pequeno, mas eles acabam produzindo um carro que não serve para o deficiente, em função do alto custo. O carro acaba ficando com um custo muito alto porque colocam muitos acessórios que não são necessários.

Então, é necessário que se reverta essa condição para que o deficiente possa ser assistido plenamente nos seus direitos e objetivos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Muito obrigado, deputado Dentinho, acho importante essa sua reflexão.

E o projeto que apresentei na segunda quinzena de fevereiro tem, para o Centro de Informação de Condutores de Santa Catarina, esta questão da simplificação de ter o carro e a condição adaptados. Mas não é só isso. Eu tenho presente que há muitas coisas que Poder Legislativo pode encaminhar, no sentido de permitir a essas pessoas uma dimensão maior da dignidade humana.

Era esta a minha manifestação, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 0014/2006, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0017/2006 e 0018/2006, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; e 0019/2006, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de: Coronel Martins, Jardinópolis, Cordilheira Alta e Ipuaçú, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Afrânio Boppéré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhores e senhoras que nos acompanham nesta tarde, eu quero voltar a falar de um tema de que já tratei na semana passada a título de denúncia. Refiro-me à ação da Polícia Militar em relação às mobilizações e às denúncias da chamada implantação da tarifa única em Florianópolis.

Quero aqui fazer uma breve recuperação do assunto, lembrando que os estudantes do Movimento Passe Livre, a comunidade, o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano de Florianópolis - Sintraturb - e a Ufeco organizaram, dias atrás, uma panfletagem na frente do Ticen - Terminal de Integração do Centro de Florianópolis - e receberam a visita de cerca de sete policiais P2. Todos sabemos que o P2 é aquele que atua na Polícia, mas não de maneira fardada, identificada. Pois esses policiais roubaram as caixas com panfletos e rasgaram as faixas que estavam estampadas. E eu trouxe aqui toda a documentação fotográfica do episódio.

Fui surpreendido, no dia seguinte, pelo líder do PMDB nesta Casa, deputado Manoel Mota, que veio à tribuna e disse que as fotos que eu havia apresentado no plenário eram antigas, do ano passado, e que nada daquilo que eu havia falado era verdade. Eu, pessoalmente, fui ao encontro do deputado Manoel Mota e cobrei explicações, dizendo: "Deputado Manoel Mota, v.exa. foi à tribuna na quarta-feira passada dizer que eu tinha dito inverdades, que essas provas não eram reais, que eu havia forjado uma situação que não existia." E o deputado Manoel Mota me respondeu, dizendo: "Deputado Afrânio Boppéré, pode deixar que na primeira oportunidade eu vou desmentir isso, porque reconheço que v.exa. está com a razão."

Bem, estou esperando o pronunciamento do deputado Manoel Mota, que me surpreende muito, porque se ele tem a capacidade de vir à tribuna, depois de todos os jornais estamparem a truculência, a agressão do PMDB, que culminou com a prisão de um repórter fotográfico, o Cláudio Silva, que foi, inclusive, demitido do jornal *Diário Catarinense*, dizer que o que eu tinha dito era mentira, e não corrige, eu sou obrigado a dizer que as coisas que o deputado anda falando na tribuna merecem dúvida por parte de todos os deputados e de todo mundo que ouve os seus pronunciamentos. Porque se ele é capaz de distorcer, de dizer que as provas que eu apresentei são mentirosas, que as fotos não são fidedignas, imaginem as outras coisas que ele anda falando em prol do governador Luiz Henrique, que o governador Luiz Henrique faz isso e aquilo! Deve ser certamente no mesmo tom da distorção, da interpretação maliciosa que o deputado Manoel Mota certamente já virou craque e costuma fazer.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Depois de eu provocá-lo na tribuna, certamente o deputado pretende fazer uma autocrítica, penso eu. Ouço, então, o deputado Manoel Mota, para que ele possa se reportar e, inclusive, corrigir as inverdades que desferiu da tribuna da Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Afrânio Boppéré, acho que v.exa., como parlamentar desta Casa já com muita experiência, não precisava ofender tanto para ouvir um parlamentar, porque eu sempre tive a grandeza de saber medir aonde chego e como devo chegar.

Admito que aquilo que eu disse que era no ano passado tinha sido... Errei! E o bonito é quando um parlamentar sabe que errou e vem à tribuna dizer: "Eu errei! Era da semana passada e não do ano passado!"

Então, quero apenas dizer a v.exa. que estou reparando um erro que cometi. Agora, não posso admitir essas palavras levianas que v.exa. está colocando. Pode ter certeza de que eu sei reparar os erros, quando os cometo. Agora, não admito que v.exa. venha, com palavras levianas, tentar agredir este parlamentar. Tenha certeza de que nos iremos encontrar um pouco mais à frente.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Manoel Mota, eu digo o seguinte: pelo contrário, v.exa. foi quem me agrediu. V.Exa. foi quem veio desfazer na tribuna as provas, as imagens e a fotografia, dizendo que aquilo que eu estava falando não era verdade. V.Exa. não veio à tribuna pedir desculpas. Só foi ao microfone de apartes porque foi provocado, senão estaria no seu silêncio. V.Exa. não teve a hombridade de vir à tribuna corrigir a sua falha!

É por essas e outras, deputado Manoel Mota, que digo: além de v.exa. não tomar a iniciativa para corrigir, que isso é de menos, v.exa., na condição de líder do PMDB, deveria ter exigido do governador Luiz Henrique da Silveira, do comando da Polícia Militar, do seu colega de bancada, Ronaldo Benedet, secretário da Segurança Pública, que fossem tomadas providências com relação àquilo que o deputado Afrânio Boppéré trouxe e àquilo que a imprensa apresentou.

Nós precisamos identificar os policiais P2 que agiram com truculência, sob o comando do PMDB, prendendo o jornalista e os estudantes, roubando as faixas e as caixas de folhetins.

Vejo que v.exa. está dando gargalhadas, quando deveria, pelo contrário, tomar a iniciativa. Vou deixar com v.exa. uma cópia do DVD com as fotos para que tome conhecimento e abra um inquérito administrativo para saber como está agindo a polícia política do PMDB, que está criminalizando os movimentos sociais.

Isso não é motivo de gargalhadas, deputado Manoel Mota! Isso é motivo de tristeza! E v.exa. veio à tribuna mentir! Tenha uma postura! V.Exa. é um mitômano! V.Exa. não agiu de acordo com o nosso código de postura e de ética dentro desta Casa. V.Exa. veio à tribuna para me desmentir!

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - Falta de ética é de v.exa., porque eu vim aqui me redimir. V.Exa. não tem ética! Eu já me arrependi de ter-me redimido!

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, eu não concedi um aparte ao deputado Manoel Mota!

Então, vou entregar a v.exa. uma cópia do DVD para que tome as medidas administrativas cabíveis, que faça com que sejam corrigidas as distorções que estão sendo praticadas com a Polícia Militar.

Por isso quero aqui registrar que v.exa. só foi ao microfone de aparte reconhecer o erro porque foi provocado. Não foi por livre arbítrio, não foi por livre iniciativa. V.Exa. ficou silencioso e só depois, quando eu me manifestei para reparar e comprovar que aquilo que eu havia falado era verdade, veio reconhecer o seu erro.

Portanto, quero deixar isto registrado e fazer aqui a crítica a essa postura truculenta da Polícia Militar, que está sob o comando... Porque a Polícia Militar, por sua livre iniciativa, não faria isso, a não ser sob uma orientação política do governo tucano-peemedebista!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, numa quarta-feira de cinzas o mais adequado seria que falássemos de alegria, do sucesso do Carnaval de Florianópolis, da parceria empreendida pelo governo do estado com as prefeituras da capital, de Joaçaba, de São Francisco do Sul e de Laguna, que fizeram belíssimas festas populares que fazem engrandecer o nome de Santa Catarina no cenário nacional, mercê da qualidade do seu Carnaval, da alegria e da espontaneidade do seu povo e também do nível de profissionalização daqueles que operam no Carnaval, em especial nas escolas de samba, que a cada ano melhor se apresentam na passarela.

Mas, lamentavelmente, a pauta não é esta, a agenda é diferente e sobre ela temos que pautar a nossa manifestação, em razão de pronunciamentos precedentes desta tribuna.

Em primeiro lugar, e devo isso ao deputado Onofre Santo Agostini, gostaria de explicitar a s.exa., no que diz respeito à questão previdenciária dos pracinhas ou ex-combatentes da II Guerra Mundial que ficaram de fora do novo plano de saúde elaborado pelo governo do estado, que tal circunstância não se deveu a uma vontade deliberada do governo senão que há um imperativo de natureza legal que só permite que sejam beneficiários desse tipo de plano previdenciário aqueles que contribuem para tanto, como é o caso, por exemplo, dos servidores do estado.

Ocorre que, conquanto tenham um relevante serviço prestado à nação brasileira e em especial ao estado de Santa Catarina na II Grande Guerra, não se tratam, os pracinhas ou ex-combatentes, de servidores estaduais. São titulares de pensões, ditas pensões graciosas, que a elas fizeram jus, mas não têm a condição de servidor ou de pensionista previdenciário.

É uma situação assemelhada a dos notários e registradores, que também não são servidores públicos na acepção da palavra, embora exerçam uma atividade por delegação de um serviço público, mas desenvolvem uma atividade de natureza privada. Ainda assim, os notários passaram a ser incluídos no plano previdenciário em razão de uma emenda de natureza parlamentar, que foi acolhida por esta Casa e depois também pelo governador, que determinou que, pela via de convênio, por um convênio específico entre a associação que congrega os notários e registradores, a Anoreg de Santa Catarina, e o governo do estado, poderão eles ser também beneficiários do serviço previdenciário em Santa Catarina.

A mesma alternativa, quero dizer aqui ao deputado Onofre Santo Agostini, está sendo estudada pela secretaria de estado da Administração com relação aos pracinhas, aos ex-combatentes, também pela via de um convênio a ser avençado entre o governo do estado e a entidade representativa desse segmento, para que possam, de igual forma, vir a ser beneficiários da cobertura previdenciária.

É claro que é um trabalho que depende de um estudo prévio, de um cálculo atuarial que já está sendo desenvolvido, mas com certeza, dentro de um curto espaço de tempo, teremos a possibilidade de deliberar nesta Casa, porque é uma matéria que depende de lei, depende de uma medida legislativa que autorize a celebração desse convênio, para que possamos também, de maneira justa, sem sombra de dúvidas, conceder aos ex-combatentes e aos pracinhas, àqueles que defenderam a integridade territorial do Brasil na II Grande Guerra, essa possibilidade de virem a ser também aquinhoados pelo plano de saúde, repito, nada mais justo e merecido por aqueles que já estão no ocaso de uma vida de relevantes serviços prestados à causa de Santa Catarina.

A segunda questão diz respeito à manifestação feita há pouco, desta tribuna, pelo deputado Afrânio Boppré. Mais uma vez, embora tenha razão, no fundo, na substância daquilo que argumenta, o referido deputado deturpa os fatos para querer atribuir uma condução política ao governo do estado de Santa Catarina no que diz respeito a um episódio pontual havido entre manifestantes pela melhoria da qualidade do sistema de transportes coletivos em Florianópolis e a Polícia Militar.

É preciso ser dito que o governador do estado, já que o deputado Afrânio Boppré fala em governo do PMDB e o governo é comandado por alguém, no caso de Santa Catarina, por Luiz Henrique da Silveira, é preciso lembrar, para aqueles que não se lembram ou fazem questão de esquecer, que o governador do estado tem uma trajetória de vida de culto à democracia em nosso estado e em nosso país, aliás, foi vítima do regime arbitrário, tendo sido, inclusive, preso pela ditadura naqueles tempos de triste memória em Santa Catarina. Por isso, mais do que ninguém, o governador Luiz Henrique cultua as liberdades e cultua o direito de manifestação.

Do outro lado, há uma instituição sesquicentenária, a Polícia Militar, a quem nós devemos reverenciar pela sua atuação correta, que tem uma missão a cumprir, que é preservar a ordem pública. E, evidentemente, se houver algum "desbordamento" dessa circunstância, isso precisa ser apurado e devidamente verificado, enfim, é preciso ser identificado quem praticou, mais do que isso, deve ser punido de forma exemplar aquele que, para manter a ordem pública, o faz com excesso, que é de todo injustificado.

Temos como exemplo o que aconteceu com o professor Nilson Lage, que é o decano do jornalismo em Santa Catarina, que pelo que tenho visto e ouvido é absolutamente inaceitável e que mereceu por parte do governo do estado uma pronta atitude, qual seja, através do ouvidor da secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que foi até a residência do professor, ouviu, reduziu a termo a sua manifestação e a partir daí o fato está sendo investigado com a participação da Corregedoria da

Polícia Militar, com a participação da secretaria de Segurança Pública, para que se identifique quem cometeu esse excesso injustificável com um cidadão de bem, como sabemos ser o professor Nilson Lage.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Ouço v.exa., mas peço apenas que abrevie a sua manifestação porque já caminho para o final do tempo a que faço jus.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pois não, deputado. Eu só quero frisar que Nilson Lage, jornalista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, foi agredido pela Polícia Militar não pela sua condição profissional, mas pela sua condição de cidadão. Estava ele sentido dores, resolveu estacionar o carro, a Polícia o abordou achando que era um bandido, um professor universitário, e encheu-o de cacelada. É uma ação da Polícia Militar que merece acompanhamento, pois agrediu um cidadão.

O caso da semana passada, que culminou com a prisão do jornalista Cláudio Silva, o Sarará, é uma ação política, e a Polícia Militar não agiria daquela forma por sua livre e espontânea vontade, e não ser por uma orientação política de reprimir movimentos sociais.

Então, quero aqui também defender a Polícia Militar como corporação e quero fazer a crítica ao comando político e não à corporação Polícia Militar; quero criticar a orientação política que foi dada para baixar o porrete nas pessoas dos movimentos sociais, inclusive prendendo o jornalista Sarará, que perdeu o seu emprego.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Afrânio Boppré, mais uma vez v.exa. se equivoca ao dar tratamento diferenciado a situações que são absolutamente iguais. A agressão, qualquer que seja, é algo intolerável e não traz consigo nenhum viés de natureza política. A agressão, seja a alguém na condição profissional ou seja a alguém na condição de cidadão, é absolutamente inaceitável e como tal estará sendo analisada, verificada, investigada e certamente penalizada pelo estado de Santa Catarina. Agora, o que não dá para aceitar é mais uma vez a renitência com que o deputado Afrânio Boppré tenta dar a uma abordagem policial, algo que não teve, que é uma conotação ou uma orientação de natureza política.

Queremos aqui enfatizar que a agressão contra quem quer que seja é algo abominável, inaceitável e como tal será investigado e punido aquele que praticá-la. Mas não se pode e não se deve, nem na condição de mais ferrenho opositorista, querer ver algo onde não existe, querer dar uma conotação política a algo que é apenas e tão-somente uma operação de rotina da Polícia Militar. E se algum agente seu agiu de maneira equivocada será identificado e punido na forma da lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Simone Schramm, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHAMM - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. parlamentares, é com muita alegria que assomo à tribuna, na tarde de hoje, para enfatizar o dia 1º de março como sendo o Dia Catarinense da Etnia Alemã.

Como fomos a idealizadora do Fórum de Resgate da Cultura Germânica em Santa Catarina, juntamente com grupos de trabalho já instalados nos municípios de Pomerode, São Pedro de Alcântara, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e Joinville, estamos, na data de hoje, promovendo eventos em todos esses municípios de colonização alemã, a exemplo de São Pedro de Alcântara, que recebeu há 177 anos a primeira colonização alemã, ou seja, ela foi a primeira comunidade de nosso estado a receber imigrantes alemães. Por esta razão, estaremos hoje, às 19h, na Unerj, em Jaraguá do Sul, que tem um calendário de eventos.

(Passa a ler)

"Um dos colégios mais tradicionais de Joinville completa oito décadas hoje. O Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus - Ielusc - chega aos 80 anos oferecendo todos os níveis de ensino, do infantil ao ensino superior. Só na educação infantil e no ensino fundamental, que hoje funcionam na unidade Saguacu, há cerca de 1,4 mil estudantes e mais de 100 professores na área do ensino fundamental. No ensino superior, cinco cursos empregam cerca de 150 professores, para os quais foram matriculados 1.028 alunos só no primeiro semestre.

Até agora 365 alunos graduaram-se pela instituição. 'Este foi um sonho construído por um grupo de pessoas, porque a face da instituição dá-se pelas pessoas que nela atuaram e atuam. Fruto de um trabalho conjunto e participativo, uma conquista comunitária', comemora o diretor do Bom Jesus/Ielusc, pastor Tito Livio Lermen.

A comemoração se estenderá por todo este ano letivo, como um destaque a ser dado pela Rede Sinodal de Educação, que é a maior escola luterana da América Latina, a instituição Ielusc, colégio Bom Jesus. Além disso, é uma das mais respeitadas no Brasil, por causa dos desempenhos alcançados pelos estudantes nos vestibulares e pela boa colocação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). 'Queremos sempre qualidade na educação, mas também oferecemos formação ética, moral e de caráter', destaca o pastor Tito Lermen.

O Bom Jesus/Ielusc é mantido pela comunidade evangélica de Joinville e surgiu com a Deutsche Schule - escola alemã criada em 1866, que veio mais tarde a ser mantida pela Associação Schulverein de Joinville.

O prédio é marcado pela tradição da escola alemã. O prédio construído na época é a grande marca da tradição mantida pelo Bom Jesus. Mesmo depois da reforma mantêm-se como marca de uma história de educação, tradição e respeito pela comunidade e deve ser transformado em um grande centro cultural. O prédio da antiga escola alemã foi tombado pelo patrimônio histórico de Santa Catarina e agora abriga atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

O Centro Cultural Deutsche Schule pretende ser um espaço de recuperação da memória coletiva da cidade e um pólo de produção cultural", onde também será inserido o Fórum de Resgate da Cultura Germânica e onde o grupo de Joinville ocupará um espaço físico.

O deputado Lício Silveira teve participação também, pois penso que foi aluno daquela instituição de ensino. A Sociedade Cultural Alemã, o Instituto Cultural Brasil/Alemanha, todas essas instituições, estarão abrigadas nesse grande Centro Cultural Deutsche Schule, esse prédio que foi tombado pelo patrimônio histórico.

(Continua lendo)

"Com o encerramento da escola alemã em 1938, por decreto do interventor do estado em decorrência da II Guerra Mundial, a educadora Ana Maria Harger, que já havia fundado o colégio Bom Jesus em 1926, assumiu a administração do patrimônio da escola. Em 1963, com a dissolução da Sociedade Civil Filantrópica, mantenedora do colégio Bom Jesus, a comunidade evangélica assumiu a instituição.

Para comemorar a data, eventos serão realizados durante o ano, entre eles um culto de ação de graças, no dia 15 de março, às 20h, na Igreja da Paz."

Estaremos participando nos próximos dias do mês de março de exposição e espaço cultural para a Sociedade Cultural Alemã em decorrência da data de 1º de março, quando se comemora o Dia Catarinense da Etnia Alemã.

Gostaria também de ressaltar que as três parlamentares desta Casa, deputada Ana Paula Lima, deputada Odete de Jesus e esta deputada, em parceria com o Cedim - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher -, estarão promovendo um evento no dia 8, às 9 horas, no auditório do Tribunal de Justiça, em comemoração à data alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Contamos com a presença dos srs. deputados.

Já nos antecipamos e em parceria com as demais deputadas conversamos com o presidente a respeito da criação de uma comissão específica para os direitos da mulher e para os direitos humanos; junto ao Executivo estadual, em função de uma solicitação feita há décadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, solicitamos a instalação de uma coordenaria da mulher junto ao governo do estado, para que sejam desenvolvidas ações específicas, ações públicas e políticas públicas para a mulher catarinense.

Sabemos que existem índices, não é deputada Ana Paula Lima? que precisamos enfrentar. Por exemplo: na atividade laboral, desde a mulher agricultora até a mulher com mais alto nível de escolaridade, vê-se às voltas com uma diferença salarial de até 70% em função do gênero.

Então, temos que trabalhar porque esses números de Santa Catarina que são apresentados em nível nacional envergonham-nos. E nós, mulheres, queremos fazer a diferença, sim, aqui no Parlamento, como também buscar o espaço que nos cabe tanto no Executivo como no Judiciário.

Por isso nós estamos, não é, deputada Ana Paula Lima, não é, deputada Odete de Jesus? trazendo mais uma vez esse tema numa data tão significativa para todas nós, mulheres. Em alguns países é até feriado e lá é um dia de discussão, é um dia de reflexão sobre a condição da mulher em todos os países. E aqui nós não queremos fazer diferente! Queremos fazer desse dia um dia de reflexão para que a mulher busque um lugar ao lado do homem - não na sua frente e nem atrás, mas ao lado dele para que possa contribuir com o engrandecimento do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Simone Schramm, público que nos acompanha, funcionários desta Casa e telespectadores da TVAL, da Rádio Digital, o meu boa-tarde.

(Passa a ler)

"Quero anunciar que na semana passada o governador Luiz Henrique da Silveira confirmou à bancada feminina desta Casa a decisão de atender o nosso pleito e criar, no âmbito da estrutura administrativa, como bem afirmou a deputada Simone Schramm, do governo estadual, a Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Essa é uma conquista sem precedentes para a luta em busca dos direitos das mulheres de Santa Catarina, que nos últimos anos cresceram em organização e, graças a essa união de forças e pela importância do tratamento diferenciado que as demandas das mulheres exigem, terão, na esfera estadual, suprida a lacuna de uma representação.

A disposição do Poder Executivo era de sancionar a criação dessa coordenadoria numa cerimônia programada para o dia 8 de março, às 9h, Dia Internacional da Mulher, no Tribunal de Justiça.

Entretanto, a reforma do prédio da Assembléia Legislativa retardou o início dos trabalhos nas comissões legislativas, o que não permitirá que a proposta tramite em regime de urgência. Por isso, conto com o apoio de todos os parlamentares para a aprovação em tempo hábil, permitindo a sanção no dia 8 de março. Mesmo assim, a iniciativa é importante e, sem dúvida, entrará para a história das lutas das mulheres catarinenses.

Da mesma forma, gostaria de informar às sras. e aos srs. deputados que a bancada feminina, composta pela deputada Simone Schramm, esta deputada e a deputada Odete de Jesus, iniciou e já encaminhou ao presidente desta Casa uma coleta de assinaturas para a apresentação de outro projeto, também de extrema importância.

É uma proposta de resolução para o desmembramento da atual comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher. A meta é criar uma comissão exclusiva para os Direitos da Mulher. E a comissão atual, mantendo suas especificidades, passaria a denominar-se comissão de Direitos Humanos.

Essa iniciativa atende, primeiramente, uma sugestão do próprio presidente, deputado Julio Garcia, que, analisando o Projeto nº 0003/2005, de autoria da bancada feminina - e foi no dia 8 de março de 2005 -, para a criação do programa permanente de pesquisa, assessoria e consultoria da mulher parlamentar catarinense, ponderou que esse trabalho poderia ser desenvolvido com a criação da comissão de Direitos da Mulher.

De outra parte, o Cedim - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - apresentou ao Fórum Parlamentar da Mulher Catarinense um pedido para que buscássemos, nesta Casa, a instituição de uma comissão específica para análise das matérias e assuntos referentes às mulheres.

No mesmo sentido, nosso mandato colheu junto ao Movimento Nacional de Direitos Humanos de Santa Catarina, numa reunião ocorrida na cidade de Blumenau, manifestação unânime para que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher tivesse a sua denominação alterada para comissão de Direitos Humanos. Do mesmo movimento, obtivemos manifestação favorável à criação da comissão dos Direitos da Mulher.

Diante disso é que apresentamos o apelo da bancada feminina, e em nome de todas as mulheres de Santa Catarina, para a aprovação dessa proposta da comissão dos Direitos da Mulher, que pretendemos protocolar.

Será o reconhecimento da necessidade da defesa dos direitos das mulheres de forma efetiva, específica, permitindo melhores resultados, com atendimento pleno das carências existentes e das solicitações recebidas, que são inúmeras e que na atual comissão, que abrange os interesses das mulheres, não podem ser inteiramente satisfeitas dado o volume de temas que tem entre as suas atribuições.

Contando, então, sr. presidente, com a sensibilidade de todos os deputados, esperamos poder anunciar, no dia 8 de março próximo, a todas as mulheres catarinenses essa grande novidade. Várias vezes comentei com as deputadas Simone Schramm e Odete de Jesus e com todos os movimentos de mulheres que o governo do estado estava em dívida com as mulheres catarinenses por não poder organizar uma coordenadoria específica para as mulheres. E o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher há muito tempo estava solicitando esse espaço específico.

Então, como já garantimos, o sr. governador do estado irá sancionar a criação dessa coordenadoria no dia 8 de março. E tenho certeza de que esta Casa, através das sras. e srs. deputados, poderá também, no dia 8 de março, dar esse presente para as mulheres. Podemos ter uma estrutura não só no Executivo, mas também no Legislativo.

Que o dia 8 de março não seja apenas para ganharmos os parabéns, para ganharmos um abraço, um beijo no rosto ou uma rosa, seja um momento de reflexão, um momento de luta. Muitas mulheres que nos antecederam tiveram, inclusive, as suas vidas ceifadas devido a suas lutas não só no estado de Santa Catarina ou no Brasil, mas em todo o nosso planeta.

Acredito que no dia 8 de março vários municípios do nosso estado e também do nosso país irão, sim, estar discutindo o papel da mulher na vida profissional e como dona-de-casa, porque nós nunca deixamos de exercer essa tarefa tão importante que é ser mãe, cuidar do lar, dos nossos maridos e também construir uma sociedade mais digna e mais fraterna.

No dia 8 de março, em Brasília, na nossa capital federal, juntamente com a deputada Luci Choinacki, que foi a autora de um projeto de lei para que todas as mulheres donas-de-casa possam receber aposentadoria, estaremos lutando para que isso aconteça.

Então, nós temos muito ainda para refletir, muito para ponderar e muitas lutas ainda temos que conquistar.

Quero fazer o convite para que todas as mulheres de Santa Catarina estejam, no dia 8 de março, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, às 9h, para podermos debater vários temas e também sermos agraciadas com dois projetos, tanto o da coordenadoria que será instituída pelo governo do estado, quanto o desta Casa, sr. presidente, para que possamos ter uma comissão para discutir esse papel tão importante que a mulher exerce no estado de Santa Catarina.

Para finalizar, sr. presidente, quero dizer que conto com a sua boa vontade, com a sua atuação política e que v. exa. possa, sim, apoiar-nos juntamente com os demais deputados desta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência registra, com prazer, a presença do presidente do Tribunal de Contas, ex-deputado Otávio Gilson dos Santos, ex-presidente da Assembléia Legislativa, e aproveita a oportunidade para agradecer a cessão do espaço para a realização da nossa sessão ordinária da tarde de hoje.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Godinho, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar, mais uma vez, sobre a constituição do nosso Fórum Parlamentar Permanente de Energia e Meio Ambiente.

Hoje gostaria de iniciar mostrando a quantidade de usinas hidrelétricas e PCHs que serão construídas em Santa Catarina, na bacia do rio Uruguai. Vamos projetar no telão para que os srs. parlamentares possam acompanhar a quantidade, sr. presidente, de usinas hidrelétricas na bacia do rio Uruguai.

Serão mais ou menos 30, entre usinas hidrelétricas e PCHs. Neste mapa que estamos mostrando não dá para ler, ficou muito pequeno, mas estes dois rios iniciados aqui são o Canoas e o Pelotas, que depois formam o rio Uruguai. No lado direito fica o rio Chapecó.

Então, podemos constatar a importância desse fórum permanente, pela quantidade de usinas hidrelétricas e pela quantidade de PCHs que serão construídas.

Nós temos, por exemplo, no rio Canoas, as Usinas de Barra do Pessegueiro, de São Roque, de Garibaldi e de Campos Novos, que está pronta. No rio Pelotas, temos as Usinas de Passo da Cadeia, de Pai-Querê, cuja documentação já está pronta, faltando apenas a liberação do governo federal, e de Barra Grande, deputado Vieirão, que está pronta. No rio Uruguai, temos as Usinas de Machadinho, que também está pronta, de Itá, de Monjolinho, que costeia Santa Catarina, de Foz do Chapecó e de Itapiranga. No rio Chapecó, temos as Usinas de Nova Erechim, de Foz do Chapecozinho, de Quebra Queixo, de São Domingos, de Abelardo Luz, de Aparecida, de Ponte Serrada, de Abrasa, de Faxinal dos Guedes, de Celso Ramos e de Passo Ferraz. Isso dará um total de 30 usinas entre PCHs e usinas hidrelétricas.

O requerimento que apresentamos nesta Casa, de autoria de diversos parlamentares - deste deputado e dos deputados Dionei Walter da Silva, Narcizo Parisotto, Nilson Machado e Odete de Jesus -, é para que possamos constituir esse fórum parlamentar e discutir a importância desse tema dentro do Parlamento, da Assembléia Legislativa, e ver a questão da energia como um todo: a energia hidrelétrica, que é o que mostramos aqui, e também as outras fontes renováveis de energia.

Então, reitero aqui que cada partido indique um representante para que possamos construir esse fórum e realizar grandes discussões - a exemplo do que foi feito com as Usinas Pai-Querê e Foz de Chapecó, que são usinas que já têm pronta a sua documentação - com o ministério do Meio Ambiente, com a Fatma e com os representantes das cidades onde estão localizadas as usinas sobre o quesito ICMS e também sobre a sua própria implementação e construção.

Portanto, queremos que a discussão não fique somente entre o movimento daqueles atingidos pelas barragens e o grupo empreendedor, mas que o Parlamento possa participar, através de audiências públicas com relação a essa área importantíssima, que é a geração de energia, repito, não só nas hidrelétricas, mas também nas outras fontes de energia.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Quero cumprimentá-lo, deputado Sérgio Godinho, pelo assunto tão importante que v.exa. traz a esta Casa e também pelas imagens que colocou aqui para que nós e também aqueles que nos assistem através da TVAL pudéssemos ver a quantidade de pontos atingidos. Salta aos olhos a importância geográfica da distribuição dessas usinas hidrelétricas. Veja que a imagem nos mostra claramente o problema ambiental, o problema de planejamento urbano que essas cidades precisam ter e também a questão do turismo, porque cada uma dessas PCHs gera um pequeno lago e as usinas hidrelétricas maiores um grande lago, onde haverá sempre a exploração turística futura.

É por isso que dias atrás nós recomendamos que os prefeitos prestassem atenção no assunto dos planos diretores. Quero repetir, deputado Sérgio Godinho, que em novembro deste ano encerrar-se-á o prazo para que os prefeitos entreguem às Câmaras de Vereadores os seus planos diretores, sob pena de perda do mandato, através do Estatuto das Cidades.

Agora, nesse quadro v.exa. também mostra que todas essas obras serão obrigadas a pagar compensação ambiental. E a lei também diz que os prefeitos podem aproveitar-se dos recursos da compensação ambiental para fazer os seus planos diretores. Portanto, há aí um problema, mas há também a fonte de recursos para executarem os seus planos diretores.

Meus cumprimentos pela sua idéia de realizar esse fórum, de trazer essa imagem esclarecedora e de apresentar o assunto a esta Casa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Obrigado, deputado.

Então, este mapa mostra o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Uruguai. Para aqueles que contestam as usinas hidrelétricas, é algo que realmente preocupa. Mas isso é viável, dentro do ponto de vista técnico, haja vista que há estudos, aprovados para que sejam construídas essas hidrelétricas.

Vejam que todas essas usinas estão nas bacias dos rios Uruguai, Canoas, Pelotas e Chapecó. Estão dentro do estado de Santa Catarina, mais ou menos de Lages até Chapecó. E o impacto ambiental, o impacto do fluxo dessas águas do rio, a geração de energia que será aproveitada a partir dessas usinas e os recursos para a compensação ambiental desses empreendedores serão muito grandes.

Nesse mapa nós enxergamos apenas sete PCHs; as outras são todas usinas hidrelétricas. Então, as usinas hidroelétricas são aquelas que fornecem mais do que 30 megawatts de potência.

Realmente creio que esse fórum será muito importante para Santa Catarina e para esta Casa Parlamentar.

(Passa a ler)

"Considerando os temas abordados na Conferência Internacional para Energias Renováveis - Bönns 2004 - realizado em Bönns, Alemanha, entre 2 e 5 de junho de 2004;

Considerando o novo modelo do setor elétrico brasileiro, pensado e proposto para aumentar a oferta de energia, que realizou no final de 2005 o primeiro leilão para a construção de usinas elétricas neste novo modelo, chamado leilão de energia nova;

Considerando ainda que observou-se no referido leilão que, devido ao processo de licenciamento ambiental de uma hidrelétrica ser mais complicado e demorado (2 a 4 anos) que o de uma de termelétrica (seis meses, em geral), houve um grande número de usinas a óleo, a diesel e a carvão habilitadas neste leilão, além de gás natural e bagaço de cana;

Considerando as constantes declarações na mídia escrita e televisiva que alertam para a possibilidade do comprometimento do crescimento econômico e social do País às custas de um colapso na geração de energia;

E, fundamentalmente, considerando a necessidade desta Casa Parlamentar incentivar a discussão para a definição de um modelo energético para Santa Catarina, que incorpore [...] (sic)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - O tempo de v.exa. está encerrado e, lamentavelmente, não pudemos cronometrá-lo, em função de que v.exa. utilizou o espaço do relógio.

O próximo orador inscrito é o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, caro ex-presidente desta Casa e grande amigo, Gilson dos Santos, que com certeza está aqui acompanhando os parlamentares para matar um pouquinho da saudade desta Casa, pode ter certeza de que faz muita falta neste Poder.

Queremos aqui externar um pouco daquilo que vivenciamos há pouco, quando do pronunciamento do deputado Afrânio Boppré. S.Exa. deveria ter lembrado da parceria que o governo fez com as prefeituras de Florianópolis, Laguna, Joaçaba, Criciúma, Balneário Arroio do Silva e filmado as festas populares lindas que aconteceram em nosso estado. Mas isso não traz dividendos políticos e por essa razão não há nenhum interesse. Mas é preciso que se reconheça um homem que administra este estado e que em todos os setores da nossa sociedade faz parcerias e que nas horas necessárias elas acontecem.

Eu só fiquei sentido com o deputado Afrânio Boppré porque eu usei a tribuna desta Casa na última quarta-feira para contestar algumas coisas do seu pronunciamento e hoje eu me redimi, dizendo que estava equivocado com relação a algumas questões. Mas ele, totalmente despreparado, não respeitou aquilo que eu disse, ou seja, que ele estava com a razão, e continuou sendo mentiroso e um homem despreparado para o Parlamento catarinense. Ele não é um homem preparado para representar a sociedade.

Acho que toda a sociedade, e não apenas um segmento, está analisando profundamente aqueles que estão preparados para representá-la, porque ela vota num parlamentar para buscar respostas e resultados. E não podemos vir à tribuna apenas para capitalizar politicamente, tentando jogar que a Polícia era do PMDB. Só uma pessoa despreparada pode dizer isto! Entra governo, sai governo e a Polícia do estado de Santa Catarina está aqui para manter a ordem. Mas quando alguém passa dos limites, ela acaba tomando as suas medidas - erradas ou não. É evidente que depois alguns, quando passam do limite, são punidos, porque nós, em Santa Catarina, não temos um governo em que o vento passa e tudo está bom. Não! O governo de Luiz Henrique é atento e quando alguém passa dos limites, toma medidas.

Por esta razão o deputado Afrânio Boppré não precisava dizer que tudo foi feito com a ação do governo. O negócio dele é chegar na Luiz Henrique! O negócio dele é chegar no comando da Polícia! Para ele todas as decisões são políticas! Para ele, prender marginais é decisão política! Nós, deputados, precisamos fazer o papel de oposição e também de governo, com coerência e responsabilidade. Não podemos machucar e agredir as pessoas, dizendo que roubaram. Quem rouba é ladrão!

Acho que faltou um pouco de preparo a ele. Sei que estava nervoso e com muita vontade de falar, mas todas às vezes em que alguém fez algumas considerações equivocadas e veio aqui se redimir e pedir-me desculpas, aquele assunto para mim morreu, acabou, pois ele admitiu o seu erro. Mas não foi o que aconteceu com o deputado Afrânio Boppré. Mesmo eu lhe dizendo que estava com a razão, que não foi no ano passado e sim neste ano, continuou chamando-me de mentiroso. Quer dizer, só pessoas

despreparadas agem assim. Um deputado de dois mandatos nesta Casa não pode ser uma pessoa despreparada! Se tivesse entrado ontem nesta Casa, até admitiria isso. Mas uma pessoa culta e preparada não pode chamar outras pessoas de ladronas, de mentirosas! Isso é coisa de pessoa despreparada, que tem todo um palavreado.

Um homem culto como v.exa., deveria usar um palavreado bem bonito para deixar aqueles que o estão ouvindo com outra impressão. Mas v.exa. usou termos de pessoa altamente despreparada.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu ouço v.exa. porque eu quero ver a sua argumentação, eu quero que v.exa. esclareça esse ponto que para mim é muito importante.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Manoel Mota, v.exa. não me conhece porque para suspeitar que eu viria para a Assembléia Legislativa, para o meu ambiente de trabalho trazer fotografias falsas que não representavam o episódio, é uma demonstração de que não me conhece.

Como é que um deputado vem na Assembléia Legislativa, traz para os seus colegas informações, mostra foto por foto de um episódio e no dia seguinte diz que o deputado Afrânio Boppré trouxe fotos do ano passado, que isso não é verdade!

V.Exa., ao pensar que eu sou capaz de fazer isso, demonstra que não me conhece. Eu não iria montar um teatro, trazê-lo para dentro da Assembléia Legislativa, fazer discurso, mostrar o registro fotográfico, falar, pedir ações contundentes do governo do estado para apurar o que estava acontecendo, se não fosse verdade, deputado!

Então, v.exa. suspeitou que eu estava mentindo e veio aqui dizer que isso não era verdade. O que é que aconteceu, deputado Manoel Mota? No dia seguinte, eu fui ao seu encontro para falar com v.exa. Não fui à tribuna, fui ao seu encontro e disse: deputado Manoel Mota, v.exa. se equivocou, não falou a verdade e eu peço que se redima. E v.exa. não fez isso! Se não fosse eu provocá-lo na tribuna, v.exa. estaria no silêncio até agora.

Eu quero deixar bem claro: eu agi assim para que v.exa. corrigisse o que havia dito.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu acho, deputado, que v.exa. estava nesta Casa na quarta-feira e nós só estivemos aqui na quinta-feira, quando faltou luz no Tribunal de Justiça. Eu estava inscrito e v.exa. não deu oportunidade. V.Exa. carrega as coisas por sua imaginação, é um profeta. Quer dizer, de falso profeta a sociedade está cansada.

Então, v.exa. não respeitou um parlamentar que admitiu que isso não foi no ano passado, foi neste ano. Eu cheguei de viagem e não tinha ainda conhecimento. Eu achei que aquelas imagens eram imagens passadas e vim aqui admitir isso. Mas v.exa. está despreparado, porque depois que eu me redimi, v.exa. me chamou de mentiroso.

Então, v.exa. é um homem altamente despreparado, um homem que não está pronto para representar a capital. V.Exa., que já foi vice-prefeito desta cidade e depois foi candidato a prefeito sem sucesso algum, mostrou que é um homem despreparado, que não sabe aglutinar para buscar uma eleição e vive aí, evidentemente, das dificuldades, porque só quer capitalizar nas dificuldades dos outros.

O político tem que ter coerência e tem que ter grandeza suficiente para saber agregar e buscar o bem-estar da sociedade, que é isso que nós queremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 202, de 02/03/2006

Estabelece normas para a concessão de diárias aos servidores da Alesc e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Limitar em 12 (doze) o número máximo de diárias/mês por servidor, observando-se o tempo mínimo de 6 (seis) horas para a concessão de ½ (meia) diária e de 12 (doze) horas para a concessão de 1 (uma) diária.

Art. 2º A concessão de diária para servidor lotado em Gabinete Parlamentar, será de responsabilidade do respectivo deputado, ficando limitado em 50 (cinquenta) diárias mensais por Gabinete.

Art. 3º A concessão de diária para servidor lotado em setor administrativo da Assembléia Legislativa, dependerá sempre de autorização expressa do Diretor Geral.

Art. 4º O valor das diárias dos servidores da Assembléia Legislativa, ficam estabelecidas de acordo com o Anexo-Único, parte integrante de Ato.

Art. 5º Caberá ao Coordenador do Controle do Orçamento Parlamentar a responsabilidade pelo cumprimento deste Ato.

Art. 6º Fica revogado o Ato da Mesa nº 1175, de 21/09/2005 e demais disposições em contrário.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º/02/2006.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 202, de 02/03/2006

TABELA DE DIÁRIAS

CARGOS	Valores em R\$	
	No Estado	Fora do Estado
1º GRUPO PL/GAB, PL/GAL, PL/GAM, PL/GAC, AOC, PL/DAS-1 a DAS-5 - PL/AGL, PL/TEL e PL/ALE - Sub-Oficiais e Sargentos, Cabos e Soldados.....	145,00	242,00
2º GRUPO PL/DAS - 6 e 7 e Oficiais.....	174,00	300,00
3º GRUPO PL/DAS-8 e Procuradores.....	174,00	329,00

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 203, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o disposto nas Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

DESIGNAR, **SAULO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1138, para exercer a Função de Confiança, código PL/FC-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/06 (Deputado Wilson Vieira - Dentinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 204, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no Regimento Interno da ALESC, RESOLVE: Regularizar o pagamento dos serviços extraordinários.

Art. 1º São considerados serviços extraordinários aqueles prestados fora do período compreendido entre às 7:00 horas e 19:00 horas dos dias úteis.

Art. 2º - O pagamento dos serviços a que se refere o caput do art. 1º, será efetuado com base nos seguintes dispositivos:

a) o serviço extraordinário será autorizado pelo Diretor Geral e/ou Diretor do Recursos Humanos, mediante convocação do servidor pelo respectivo Diretor, o qual apresentará justificativa de sua conveniência;

b) cada convocação para serviço extraordinário compreenderá um mínimo de uma hora e o máximo de três horas;

c) o número máximo de convocações para a prestação de serviço extraordinário é o fixado pelo § 1º do art. 23, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 e não poderá ultrapassar o limite máximo de 120 (cento e vinte) convocações semestrais;

d) a remuneração do serviço extraordinário será fixada em 4.0% (quatro por cento) do valor do nível 20 (vinte) da tabela de vencimentos do Quadro do Pessoal do Poder Legislativo, fixado no Anexo I da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, por convocação.

Art. 3º Não é permitido o pagamento de convocação para a prestação de serviço extraordinário dos servidores integrantes dos grupos de atividades de Direção e Assessoramento Superior - PL/DAS, Comunicação e Informação - PL/AOC, Assessoramento Parlamentar - PL/GAP e dos ocupantes das classes de cargo de Procurador.

Art. 4º - O servidor convocado deverá registrar seu ponto de entrada e saída durante o período extraordinário, sob pena de não-percepção do benefício.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogada a Resolução nº 659/97, de 5 de maio de 1997.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 205, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA**, matrícula nº 4420, do cargo de Assessor de Comissão, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 206, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006 e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR, **EMANUELLE ROCHA FRANZOI**, matrícula nº 4647, para exercer, em comissão o cargo de Assessor de Comissão, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 207, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **IVAN MATOS**, matrícula nº 4822, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Liderança do PMDB).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 208, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006 e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR, **DANIELLE SCHRAMM COSTA**, matrícula nº 4607, para exercer, em comissão o cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Liderança do PMDB)

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 209, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR **ROSANE DE ABREU D'AQUINO**, matrícula nº 2051, da função de confiança, código PL/FC-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Rogério Mendonça).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 210, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o disposto nas Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

DESIGNAR **JÂNIO MENDONÇA**, matrícula nº 1258, para exercer a Função de Confiança, código PL/FC-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Rogério Mendonça).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 211, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR **LUCIANO SERPA**, matrícula nº 1806, da função de confiança, código PL/FC-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 212, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o disposto nas Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

DESIGNAR **ROSANE DE ABREU D'AQUINO**, matrícula nº 2051, para exercer a Função de Confiança, código PL/FC-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 213, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com as Resoluções nº 001 e 002/06 e alterações supervenientes das Resoluções nº 003 e 004/06,*

DESIGNAR **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, para exercer a função de Assisatente de Direção, código PL/FC-4, do Quadro

do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Diretoria Administrativa e de Tecnologia).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 214, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Ato da Mesa nº 159, de 01/02/2006.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 215, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006 e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, **GIANE JORGE CÂNDIDO MENDONÇA**, para exercer, em comissão o cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Liderança do PPS).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 216, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.233/05, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,*

SUSTAR, a partir de 02 de março, as férias fixadas para o ano de 2006, do servidor **CARLOS ANTONIO BLOSFELD**, matrícula nº 4601, e estabelecer que a fruição dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2006.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 217, de 02/03/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Retificar o nome do servidor **EDSON TORRES**, matrícula nº 4771, ocupante do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, que passará a ser **EDSON LUIS TORRES**.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

Anselmo Klein - Procurador-Presidente
Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1559ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e cinco, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador Anselmo Klein, em substituição ao Procurador-Geral, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1559ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Fábio Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior, com a retificação solicitada pelo

Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, na parte referente a ementa do processo de interesse de Angelo Antonio Zabott, que deverá ser, Requerimento de 09/11/05, e não como consta na referida ata, o qual foi decidido por unanimidade, pelo indeferimento. 1) O Procurador Anselmo Klein, deu conhecimento das Consultas - Of. 1093/2005/CMA de 20/10/05, referente ao processo Administrativo - contrato CL nº 017/97, firmado entre ALESC e a Empresa PHS, e, Of. nº 1045/2005/CMA de 11/10/05, do Procurador-Geral de Justiça, sobre cópia de Documentos, contrato Empresa PHS - Engenharia de Projetos Ltda., encaminhado à origem, Procurador-Geral de Justiça, sem apreciação do Colegiado. 2) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 1.504/05, de Inês May Pereira e processo s/nº - Aditivo Contratual - contrato nº 037/04 "Obra de ampliação e reforma do Palácio Barriga-Verde," este, elaborado juntamente com os Procuradores Luiz Alberto Secon e Fábio

Furlan. 3) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovado parecer ao processo s/nº - Of. CL. Nº 324/05, da Coordenadoria de Licitações - "Edital para exame e aprovação, Pregão 041/05." O Relator, solicitou, inclusão extra-pauta, do processo 319/05, da Coordenadoria de Licitações, sobre "Responsabilidade pela substituição de empregado durante período de férias - PRIMER Produções Locação Ltda," que também teve o parecer aprovado. 4) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Seccon - aprovado parecer à Consulta - Of. CL nº 306/05, de 30/11/05, da Coordenadoria de Licitações: "Minuta de Convênio com o Paraná Banco". 5) O Procurador Fábio Furlan, deu conhecimento dos pareceres emitidos aos processos: Of. nº 02303374185.1/0001 - 28/11/05, do Juiz de Direito da Unidade da Fazenda Pública da Comarca da Capital, autora, Kátia Simone Antunes Schallenger - Ação Indenizatória, e, Consulta, datada de 13/12/05, do Exmo. Sr. Presidente da ALESC, sobre "pagamento de vale alimentação integral", que foram encaminhados aos referidos interessados, sem apreciação do Colegiado, devido a urgência da matéria. 6) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - aprovado parecer ao processo 1508/05, de Loris Camisó. 7) Relatoria do Procurador José Buzzi - processos 1.517/05, de Jero dos Passos Espindola, e, processo s/nº - Consulta, Of. CL nº 320/05, da Coordenadoria de Licitações - "Contrato Inexigibilidade - Aquisição de Projeto, pareceres aprovados; processo 1477/05, de José Mauro Rosa, parecer aprovado pelo arquivamento; processo s/nº - GDK/Of. 509/05 de 19/12/05, interessado, Deputado Francisco Küster, sobre: "Licença sem remuneração e convocação do 2º Suplente", parecer aprovado pelo indeferimento do pedido. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2005.

*** X X X ***

Michel Curi - Procurador-Presidente

Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1561ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1561ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Fábio Furlan e Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. Aprovada a ata da reunião anterior. 1) Processos em regime de vista: 1543/05, de Lauri Silva do Herval, teve aprovado por unanimidade pelo indeferimento, parecer do Relator, Procurador Luiz Alberto Seccon, acompanhado pelo Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior, que havia solicitado vista; 1473/05, de Vergílio Ponciano, aprovado por unanimidade pelo deferimento, parecer da Relatora, Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, acompanhada pelo Procurador José Carlos da Silveira, que havia pedido vista; 1285/05, de Marco Aurélio Rodrigues Noronha, Relator Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior, teve aprovado por maioria, pelo deferimento, voto de vista da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos. 2) - Relatoria do Procurador Anselmo Klein - aprovados pareceres aos processos 067/06, de Rejane Mari Paludo; 0095/06, de Fábio Figueiredo Ribeiro; 0106/06, de Mauro Renan Fogaça Ribas; 0117/06, de Lucila Antunes; 0120/06, de Jorge Luiz Biella; 0128/06, de Sônia Maria da Silveira Bezerra; 0132/06, de Nilzete Althoff Bolan Borges; 0146/06, de André Ricardo de Souza; 0165/06, de Tânia Maria Nowakowski; 0148/06, de Márcio Eleodoro Moreira; 0164/06, de Carlos Eduardo Schmidt Vieira; 0059/06, de Luciane Fadel da Costa; 0071/06, de Albertina Barreto de Melo; 0090/06, de Arilton Rogério Andrade Pereira; processo s/n - Consulta - Memo nº 1206/05, de 07/12/05, da Chefia de Gabinete da Presidência, referente ao "prazo limite para pagamento, pela Alesc, de subvenções sociais em 2006, considerando que se trata de ano eleitoral". O Relator, solicitou inclusão extra-pauta, do processo s/n - da Coordenadoria de Licitações: "Edital para exame e aprovação, Pregão 005 - aquisição de material de expediente" parecer aprovado. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres aos processos 0044/06, de Vinicius Isac Balvedi Iacovski; 0092/06, de Dejjane Luiza Bortoli; 0108/06, de Andréa Ribeiro Bittencourt; 0113/06, de Maria Helena Fragozo; 0121/06, de Márcia Gonzaga de Oliveira; 0124/06, de Neide Adalgiza de Oliveira; 0126/06, de Rubenvaldo da Silva; 0195/06, de Sérgio Luiz Boaroli; 0196/06, de Leda Gladys Caramori Alves; 0198/06, de Mauro César Basílio; processo s/n - Consulta, Ofício 024/06, da Coordenadoria de Licitações: "Edital para exame e aprovação - Pregão 003/06 - Contratação de Empresa Especializada em Locação de Ônibus, Vans e Microônibus para atender a demanda operacional da Alesc"; processo s/n - Consulta, Ofício 040/06, da Coordenadoria de Licitações: "Termo Aditivo para exame e aprovação, ONDREPSB, Contratação de Postos de Trabalho"; processo s/n - Consulta, Of. 053/06, da Coordenadoria de Licitações: "Edital para exame e aprovação, Pregão 0002/06 - Contratação de Empresa Especializada em levantamento de dados". 4) - Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos: 0091/06, de Antônio César Rigo Pichetti; 0093/06, de Edson Tadeu Bez; 0105/06, de Marli Lima Barroso; 0115/06, de Ligia de Oliveira Stoeterau; 0116/06, de Lucimar Eginio Martins; 0129/06, de Tânia Regina de Oliveira Guerreiro; 0131/06, de Wanda Maria Nunes; 0194/06, de Orides Bernardino; 0197/06, de Claudinei do Nascimento; 0084/06, de Moacir Montibeler; Processo s/n - Of. 214/06, de Walter da Luz, solicitando "cancelamento dos descontos em seus vencimentos, e, requer pagamentos efetuados"; proc. s/n - Consulta, Of. 028/06, Coordenadoria de Licitações,

"Edital para Exame e Aprovação - Contrato firmado com a Empresa CONSTRUHAB Construtora Ltda. - reforma e reambitação da sala onde funciona o Setor Gráfico da ALESC"; processo s/n - Of.023/06, de interesse do Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando "prorrogação da disposição da funcionária Mariza Fernandes Philipovski"; processo s/n - Consulta, Of. nº 042/06, da Coordenadoria de Licitações - "apostilamento contrato Ticket Alimentação". Do mesmo Relator, o processo 103/06, de Alejandro M. Capraro, aprovado parecer pelo indeferimento, e, Processo s/n - Consulta - Of.0269/05, da Chefia de Gabinete da Presidência, "complementação de informação ao Deputado Pedro Baldissera", que após discussão, saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. 5) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - processos 107/06, de Ana Lúcia Coelho Mignoni Botelho; 0114/06, de Henrique Vaz; 118/06, de Luiz Alberto Metzger Jacobus; 0122/06, de Márcio Ferreira; 0130/06, de Valci Martins; 0075/06, de Maria da Graça Cardoso; 0039/06, de Armando José Muller; proc. s/n - MEMO nº 1210/05, da Chefia de Gabinete da Presidência, sobre: "análise da proposta de emenda modificativa à Res. nº 011/03"; após discussão os pareceres foram aprovados, com exceção deste último, que saiu de pauta, com pedido de vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. 6) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - aprovados pareceres aos processos 066/06, de Maria das Dores Rezende Izé; 0094/06, de Evelin Gisele Pires; 0104/06, de Arlinda Sandri; 0119/06, de Maria do Carmo Lopes dos Reis; 0125/06, de Nereu Bahia Spinola Bittencourt; 0127/06, de Sílvia Rejane Botomê; 0166/06, de Laura Brasca; 0081/06, de Ademir Gasstmann. Encerrados os trabalhos da pauta, o Procurador Presidente, fez registrar em ata, a presença do Procurador José Buzzi, que mesmo em férias, participou da sessão, para não prejudicar o pedido da servidora Mari Angela Pauli Custódio, processo 032/06, do qual é Relator. Após discussão e votação, o parecer do Relator foi aprovado por maioria, pelo deferimento, com voto contra do Procurador José Carlos da Silveira, que havia solicitado vista, acompanhado pelo Procurador Anselmo Klein. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou outra sessão ordinária, para o próximo dia vinte e dois (22), à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2006.

*** X X X ***

Michel Curi - Procurador-Presidente

Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1562ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1562ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Fábio Furlan e Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. Aprovada a ata da reunião anterior. 1) Processos em regime de vista: Consulta - Of. nº 269/05, da Chefia de Gabinete da Presidência sobre "complementação de informação ao deputado Pedro Baldissera", e, processo 1210/05, também interessado o Chefe de Gabinete da Presidência, referente a "análise da proposta de Emenda Modificativa à Resolução nº 011/03" tiveram aprovados por unanimidade os pareceres dos Relatores, Procuradores José Carlos da Silveira e Fábio Furlan, respectivamente, acompanhados pelo Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior, que havia solicitado vista, de ambos. 2) - Relatoria do Procurador Anselmo Klein - aprovados pareceres aos processos 168/06, de Caio Cesar Tokarski; 169/06, de Eduardo Goulart Nunes; 170/06, de Luiz Cesar Guimarães Marçal; 237/06, de Ptolomeu Bittencourt Junior, com impedimento da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, neste último, tendo em vista o grau de parentesco com o servidor. O Relator deu conhecimento da análise efetuada na Ação Popular nº 023.95.063212/7. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 147/06, de Antonio Jutai Martins; 155/06, de Emanuelle Vieira Torres; 175/06, de Braz Lourivaldo Bony; 199/06, de Romário da Silva; 244/06, de Suellen Felizardo; processo s/n - MEMO nº 114/06, de 16/02/06, da Chefia de Gabinete da Presidência, consultando a respeito da "legalidade da continuidade do pagamento do abono especial aos policiais militares lotados nesta Casa, após a implantação da reforma administrativa". Da mesma Relatora, o processo s/n - PF. Nº 036/06, do Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, referente a "condução de veículo de propriedade de Deputado", que após discussão, saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior. 4) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos: 151/06, de Kelen Beatriz Bardini; 161/06, de Mauro Rainerio Goedert; 171/06, de Andreia da Silva; 177/06, de Aylton Alves do Sacramento; 208/06, de Leomar Balbinot; 162/06, da Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, sobre "pedido de certidão constitucional relativa a valores pagos a título de subsídio à alimentação"; processo s/n - providências administrativas - Acórdão - MS - nº 2004.013367-7/00, impetrante, Vamiré Colaço de Oliveira e outro - "contribuição previdenciária". O Relator, retirou de pauta, o processo s/n - Requerimento datado de 30/01/06, interessado, Ericson Meister Scorsin, sobre a "conservação dos arquivos da ALESC, do programa de TV nos dias 06/12/05 a 17/01/06 e,". 5) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - aprovados pareceres aos processos 149/06, de Francisco João Lorenzi; 152/06, de Iraci Terezinha Rezin; 178/06, de João Salles; 205/06, de Cleto Roberto Cardias; 226/06, de Valéria Renata Maciel;

239/06, de Anna Soraya Bacha; 062/06, de Ivan de Almeida Vianna; 141/06, de Ado Steiner; processo s/n - Consulta - Of. nº 061/06, de 14/02/06, da Coordenadora de Licitações: "contrato de Locação de Imóvel - Dispensa de Licitação"; processo s/n - Consulta - Of. nº 056/06, de 13/02/06, da Coordenadoria de Licitações: "Inexigibilidade para exame e aprovação - Periódicos". 6) Relatório do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - aprovados pareceres aos processos 150/06, de Inês Wollinger Conceição; 153/06, de Elanir da Rosa; 163/06, de Gustavo Phillippi; 167/06, de José Paulo Cascaes; 174/06, de Jaime Aldo Mantelli; 213/06, de Ivan Corrêa; 123/06, de Maria Thereza Franzoni de Araújo; 238/06, de João Carlos dos Santos; 204/06, de Gilmar Nunes Maia; processo s/n - Consulta - Of. nº 039/06, da Coordenadoria de Licitações: Edital para exame e aprovação - Pregão 004/06, "Contratação de empresa especializada em aparelhos de ar condicionado"; processo s/n - consulta - of. nº 003/06, de 13/01/06, do Diretor Administrativo do DETER, referente a "pagamento no valor de R\$7.536,44, da funcionária à disposição, Dalva Adonis Rogério". Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2006.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 149/2006, comunica que na licitação modalidade Pregão nº 002/2006, referente a contratação de empresa para prestar serviços para ALESC, especializada em levantamento de dados, registro, coleta e análise de fatores, coordenação de eventos, assessoria técnica em marketing institucional e gestão de crise, relacionamento com a sociedade e aferição motivacional, conforme especificações constantes do Edital próprio, foi vencedora a empresa:

Item único -

Vencedora: MMC Consultoria Empresarial Ltda
 Percentual do Último Lance: 0,00%
 Florianópolis, 02 de março de 2006.

Antônio Henrique C. Bulcão Vianna
 Pregoeiro

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 031/2006.

REFERENTE: Contrato CL nº 019/2006-00, celebrado em 02/03/2006.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: MMC CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA..
 OBJETO: Prestação de serviços internos e externos, de acordo com as especificações constantes do Edital, seus anexos e as condições propostas pela CONTRATADA, conforme segue:
 a) execução de ações de consultoria técnica;
 b) execução direta ou indireta de pesquisas de mercado e de opinião;
 c) aferição motivacional;
 d) marketing institucional;
 e) veiculação e divulgação;
 f) serviços e suprimentos externos.
 VALOR: A taxa de remuneração/honorários (comissão) incidente na prestação dos serviços internos e externos, constante no objeto deste contrato, será de 0,00% (zero por cento).
 REAJUSTE: Podendo ser reajustáveis somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
 Em caso de renovação contratual, após 12 (doze) meses da vigência do contrato os valores serão reajustados com base na variação do IGPM-FGV ocorrida no período.
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação 0697 (Divulgação Institucional e das Ações do Legislativo Catarinense) e do item orçamentário 33.90.35.99 (Outros Serviço de Consultoria), do Orçamento da ALESC.
 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: Compreendida entre a data da sua assinatura e 31/12/2006, podendo ser prorrogado na forma da lei.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, Processo Licitatório modalidade Pregão nº 002/2006, Autorização para Processo Licitatório n.º 0069/2006
 Florianópolis, 02 de março de 2006.
 Signatários:
 Deputado Júlio Garcia - Contratante
 Tatiana Deek - Contratada

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 174, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **LUCIANO SERPA**, matrícula nº 1806, no Gabinete do Deputado Rogério Mendonça.

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 175, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JÂNIO MENDONÇA**, matrícula nº 1258, no Gabinete do Deputado Rogério Mendonça.

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 176, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **ROSANE DE ABREU D'AQUINO**, matrícula nº 2051, na Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 177, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, na Diretoria Administrativa e de Tecnologia.

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 178, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Deputado ANTONIO CARLOS VIEIRA

Nome	Matrícula	Código
Nina Rosa Canella		23
Wagner Alves da Cunha		23
Paulo Sérgio Peixo Góes		23

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 179, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, \nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANTONIO DO REGO MONTEIRO ROCHA JÚNIOR**, matrícula nº 3893, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 07/03/06 (Deputado Herneus de Nada).

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 180, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **THIAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Herneus de Nada).

José Nei Alberton Ascari

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 181, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Deputada ODETE DE JESUS

Nome	Matrícula	Código
Emerson Jackson Machado Dos Santos		33
Gentil Coradelli		30
Dalva Poleza		32
Glaicon Inappólito Matos		35
José Carlos de Paula		45

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 182, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina:

Deputado RENO CARAMORI

Nome	Matrícula	Código
Daniele Di Domenico		38
Fabiana Mecabó		37

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 183, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina:

Deputado Julio Garcia

Nome	Matrícula	Código
Samuel de Brida Andrade		39
Bruno de Oliveira Lopes		08

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 184, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GABRIELLE IBRAHIM LOPES**, matrícula nº 4474, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Rogério Mendonça).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 185, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Deputado ROGÉRIO MENDONÇA

Nome	Matrícula	Código
Inês Maria Luz de Souza		25
Patrick Alexandre Palmeira	4420	43
Maurício José Schmitt		23
Ivonete Aparecida Vieira		01
Sibeli Corrêa Santos	4804	20

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 186, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SIBELI CORREA SANTOS**, matrícula nº 4804, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Genesio Goulart).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 187, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DANIELA BIALESKI LEITHOLD**, matrícula nº 4772, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Antonio Aguiar).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 188, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Deputado ANTONIO AGUIAR

Nome	Matrícula	Código
Wilson Sbalchiero		03
Ari Bonatti		01
Cristiano Heyse Tavares		01

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 189, 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ELISA NETTO CÂNDIDO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Cesar Souza).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 190, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MÔNICA NUNES DA ROSA**, matrícula nº 4636, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Vânio dos Santos).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 191, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MARILDA ADONIS DA CRUZ DE SOUZA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Onofre Santo Agostini).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 192, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **EDSON FRANÇA DA ROCHA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Onofre Santo Agostini).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 193, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CARLOS ALBERTO MORAES**, matrícula nº 4040, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Antonio Ceron).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 194, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JANAINA MORAES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Antonio Ceron).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 195, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA CRISTINA DE SOUZA**, matrícula nº 3193, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Wilson Vieira (Dentinho)).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 196, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ADRIANA PEREIRA BEILER**, matrícula nº 4644, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Sérgio Godinho).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 197, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO**, matrícula nº 4178, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Narcizo Parisotto).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 198, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO**, matrícula nº 4178, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Narcizo Parisotto).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 199, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALCIDES GOMES**, matrícula nº 4379, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Romildo Titon).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 200, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **ALCIDES GOMES**, matrícula nº 4379, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Romildo Titon).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 201, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARCELO ZANONI**, matrícula nº 3873, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Gelson Sorgato).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 202, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MARCELO ZANONI**, matrícula nº 3873, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/06 (Deputado Gelson Sorgato).

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 203, de 02/03/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2006, os servidores relacionados no quadro abaixo, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Deputado GELSON SORGATO

Nome	Matrícula	Código
Tomaz Novello		01
Marcus Vinicius Alberti		01
Vinicius André Sorgato		01

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 051/06**

Altera o Anexo Único da Lei nº 13.667, de 28 de dezembro de 2005.

Art. 1º A Tabela 1 do Anexo Único da Lei nº 13.667, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"ANEXO ÚNICO**TABELA I****TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL****ANEXO II - A**

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO
DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão Portuária
CLASSE: I NÍVEL: 1 a 3 REFERÊNCIA: A a J
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso de Ensino Fundamental - Séries Iniciais
JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - executar, sob supervisão, atividades de apoio operacional relacionadas à administração do órgão;
2 - coordenar e controlar a execução de tarefas de conservação, manutenção, reforma, restauração e adaptação de instalações físicas ocupadas pelo APSFS;
3 - receber, orientar, encaminhar, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão;
4 - executar serviços internos de entrega de documentos;
5 - executar registro, controle e arquivo de expediente;
6 - codificar dados e documentos;
7 - providenciar material de expediente;
8 - auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
9 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
10 - auxiliar na divulgação de editais e outras tarefas correlatas;
11 - controlar e supervisionar a provisão de estoque de materiais;
12 - expedir registros e outros documentos sob orientação superior; e
13 - executar outras atividades correlatas.

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

1 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS ANIMAIS E EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL - GTA	UNIDADE	VALOR (R\$)
(...)		
Bovídeos e eqüídeos destinados a eventos agropecuários (exceto feiras) e esportivos (5)	cabeça	0,50 (1)
(...)		

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Onofre Santo Agostini

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 02/03/06

JUSTIFICATIVA

A presente alteração tem como escopo reduzir o impacto da taxa de vigilância sanitária animal sobre os produtores de bovídeos e eqüídeos, que já vêm enfrentando sérias dificuldades em função das frequentes estiagens que assolam nosso Estado.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 015/2006**

Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, destinado a organizar a Carreira de Gestor Portuário, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão Portuária, observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de carreira, possibilitando o crescimento profissional de forma horizontal e vertical, fundamentado na busca de maiores níveis de qualificação profissional;

II - transparência das práticas de remuneração, com valorização do vencimento nos diversos níveis e referências da estrutura da carreira;

III - reconhecimento da qualificação profissional por critérios que proporcionem igualdade de oportunidades profissionais;

IV - valorização dos servidores que buscam um constante aprimoramento profissional com aplicabilidade no cotidiano das atividades portuárias; e

V - valorização pela definição de objetivos, com a criação de indicadores e a avaliação de resultados, permitindo que seja assumida particular relevância no compartilhamento das responsabilidades, com a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ações.

Art. 2º Nos termos da presente Lei Complementar fica criada a Carreira de Gestor Portuário, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão Portuária.

Art. 3º Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei Complementar, é adotada a seguinte conceituação: